

**LEI Nº 11.701, DE 03.07.90 (D.O. DE 04.07.90)**

**Reajusta os valores dos vencimentos, salários, representações e gratificações do Poder Judiciário e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO CEARÁ  
FAÇO SABER QUE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - O vencimento e a representação do Secretário, Subsecretário do Tribunal de Justiça, Diretor Geral da Secretaria e Subdiretor da Secretaria do Fórum Clóvis Beviláqua são os constantes do Anexo I.

**Art. 2º** - Os vencimentos dos cargos de carreira e dos cargos despadronizados são os referidos nos Anexos II e III desta Lei.

**Art. 3º** - Os vencimentos e representações mensais dos cargos de Direção e Assessoramento do Poder Judiciário são os estabelecidos no Anexo IV.

**Art. 4º** - A vantagem pessoal correspondente à representação de cargo comissionado fica reajustada nos mesmos valores estabelecidos nesta Lei para os cargos de Direção e Assessoramento.

**Art. 5º** - É fixado em Cr\$ 87,50 (oitenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos) o valor da cota do salário-família, a partir de 1º de junho de 1990.

**Art. 6º** - Os proventos dos servidores do Poder Judiciário que em atividade não percebiam pelos cofres públicos serão automaticamente reajustados em 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de julho de 1990.

**Art. 7º** - Os inativos do Poder Judiciário terão seus proventos majorados nos mesmo valores estabelecidos para o pessoal ativo.

**Art. 8º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se insuficientes.

**Art. 9º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de julho de 1990.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 03 de julho de 1990.

**TASSO RIBEIRO JEREISSATI**  
**Gilberto Soares Sampaio**  
**Francisco José de Lima Matos**